

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



A intervenção na segurança do Rio de Janeiro ocorreu às vésperas da data prevista para a PEC da Previdência entrar em pauta na Câmara e trouxe ainda mais dificuldade ao governo para garantir sua votação. E um dos principais fatos da conjuntura foi o julgamento do recurso do ex-presidente Lula no TRF-4. A despeito de toda força de manobra para dizimar a candidatura Lula, sua liderança continua inabalável, com 37% das intenções de voto, segundo pesquisa Datafolha

Intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro inaugura nova fase do golpe

No dia 16 de fevereiro, o governo federal decretou uma intervenção inédita na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e nomeou o general Walter Braga Neto, do Comando Militar do Leste (CML), como interventor de segurança no estado, com autonomia para escolher sua equipe de trabalho e responsabilidade sobre a polícia, os bombeiros, o setor de inteligência e o sistema prisional, além de comandar o uso das Forças Armadas em ações nas ruas.

A decisão foi tomada em reunião na noite anterior, com a presença de ministros, parlamentares e do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), que afirmou ter fugido ao controle a violência no Rio, se alastrado e chegado a níveis intoleráveis, atingindo seu ápice no período do Carnaval. Na segunda-feira, 19 de fevereiro, foi votada na Câmara dos Deputados, aprovada por 340 votos a favor e 74 contrários e já tramitou para votação no Senado.

De acordo com o decreto publicado no Diário Oficial em 16 de fevereiro, a intervenção entra em vigência imediata e tem validade até 31 de dezembro de 2018, último dia do governo Temer. Um dia após a publicação do decreto, Temer anunciou a criação do Ministério Extraordinário da Segurança, enquanto órgão responsável pelo combate à violência e ao crime organizado em todo o país. Os nomes mais cotados até o momento para assumir o ministério são o de Luiz Antonio Fleury Filho, ex-governador em exercício de São Paulo na época do massacre do Carandiru; José Mariano Beltrame, ex-secretário estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, responsável pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); Gustavo Rocha, subchefe da Casa Civil; e Raul Julgmann, atual ministro da Defesa e ex-secretário geral da Frente Brasil Sem Armas, que defendeu a proibição da comercialização de armas no referendo do desarmamento de 2005.

A intervenção na segurança do Rio de Janeiro ocor-

reu às vésperas da data prevista para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência entrar em pauta na Câmara e trouxe ainda mais dificuldade ao governo para garantir sua votação, uma vez que o Artigo 60 da Carta Magna diz que a “Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio”.

Michel Temer chegou a aventar a possibilidade de suspender a intervenção federal por um dia para a votação da matéria. Desse modo, quando obtiver os cerca de quarenta votos que ainda faltam para conseguir os 308 necessários para a aprovação da Reforma, coloca-se o texto em votação, retomando-se a intervenção assim que as mudanças nas regras da Previdência forem aprovadas. Consultores legislativos afirmam que não pode ocorrer sequer a discussão de PEC em uma comissão durante uma intervenção. Para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, fevereiro era a data limite para abrir a votação da Reforma.

Seja para encobrir o fracasso do governo nas articulações para a obtenção dos votos para aprovar a Reforma da Previdência, seja para tentar aumentar sua popularidade atuando na segurança pública, uma área notoriamente vista pela população como um dos principais problemas do país, o fato é que apesar das inúmeras ações das Forças Armadas no Rio de Janeiro nos últimos anos para conter a violência, essa é a primeira vez que ocorre uma intervenção federal desse tipo e isso inaugura uma nova fase do golpe contra a democracia.

O número e as cenas de violência apresentadas pela Rede Globo, noticiando um suposto “caos” no Carnaval do Rio de Janeiro assustam, porém, os registros oficiais são semelhantes aos de anos anteriores. Joana Monteiro, diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio, afirma que o registro de ocorrências oficiais deste ano foi menor em comparação aos anos anteriores e não houve qualquer evento que pudesse justificar uma subnotificação de registros, diferente do que ocorreu no ano passado, quando as polícias do Rio estavam em greve.

Segundo os dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015-2016, 2017), o Rio de Janeiro não é a capital mais violenta do país. Existem vinte capitais com número de homicídios superior, tais

como: Aracaju, Rio Branco e Belém, que ultrapassam sessenta homicídios por cem mil habitantes; enquanto na cidade carioca é de vinte por cem mil.

Embora haja uma evidente crise na segurança pública no Rio de Janeiro, não se pode justificar uma intervenção na segurança neste momento. Até o ex-subcomandante do Batalhão de Operações Especiais (Bope), tropa de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Paulo Storani, discorda da intervenção e defende que o necessário é investimento, capacitação, aumento dos quadros da Polícia Civil e Militar, com maior efetivo nas ruas e melhores condições de trabalho para os policiais, valorizando as suas carreiras e incentivando as investigações.

O fim da política de guerra às drogas adotada no Brasil pode ser uma alternativa mais eficaz, uma vez que o narcotráfico movimentava mais de quinze bilhões de reais por ano no país. É sabido que o tráfico é um negócio altamente lucrativo, que atrai grandes grupos de investimento financeiro e permite que vários estratos do poder público e da polícia sejam corrompidos, estejam ligados e recebam seus recursos regularmente. Além disso, a guerra às drogas resultou na superlotação dos presídios brasileiros, um em cada quatro presos foi condenado por porte ou tráfico de drogas. Atualmente os presídios atuam como escolas para criminosos que alimentam a escalada de homicídios e a crise de insegurança. A repressão ao consumo de drogas já matou milhares de pessoas e torna os efeitos da repressão piores do que o próprio consumo. O genocídio da população de jovens negros e pobres nas periferias está diretamente vinculado à guerra às drogas.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), declarou que “precisamos começar um processo de recuperação da área (de segurança pública). Temos uma boa oportunidade para reorganizar e requalificar a polícia, de separar aquela parte que não tem atuado de forma correta”. A intervenção foi uma medida imposta de cima para baixo, sem consulta a nenhum especialista em segurança pública. Para Fernando Bandeira, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro, “isso é uma imposição, parece que voltamos aos tempos da ditadura. A solução não está aí”. O Comandante do Exército, General Vilas Boas, afirma que não é

função do Exército lidar com problemas da segurança pública e demonstra preocupação com o emprego das tropas federais.

Ainda pouco se sabe como a intervenção será operacionalizada no cotidiano. A expectativa é de que traga mais violência para os moradores das comunidades, aumentando os confrontos entre traficantes, policiais e Exército, deixando a população ainda mais vulnerável. Outras tentativas foram implementadas para combater o tráfico e diminuir a violência no Rio de Janeiro, como as UPPs, implantadas a partir de 2008. Com aparente controle inicial da violência, o que a população viu após alguns meses foi o número de mortes, roubos e de facções aumentar. O problema da segurança não é exclusivo da polícia. É preciso investir em educação, saúde, saneamento e nos demais serviços públicos nas áreas vulneráveis e ampliar a oferta de empregos, sobretudo ao jovem, em um país que amarga cerca de doze milhões de desempregados e está na iminência de voltar ao mapa da fome.

A relatora do decreto, deputada Laura Carneiro (MDB-RJ), reclama a ausência de detalhes sobre os recursos e a estratégia de atuação: “estou aqui num imbróglio porque tem alguns textos que deveriam estar no decreto e não estão. Onde estão os recursos (para a intervenção)? Qual é a estratégia básica pelo menos? (Falta) pelo menos exemplificar, determinar a base da estratégia, como a contenção das fronteiras do Rio, por exemplo”.

No auge da insatisfação com o governo golpista, na iminência da votação da reforma política - uma medida rejeitada por 85% da população (segundo pesquisa Vox Populi de novembro de 2017) - e às vésperas de uma eleição em que o principal candidato corre sério risco de não poder sequer apresentar candidatura devido a uma série de manobras jurídicas, a presença das Forças Armadas vem para reforçar uma ordem ilegítima. Cabe às forças democráticas e populares se posicionar contra mais essa arbitrariedade e manifestar uma clara desaprovação e novas respostas.

O Caso Lula e as movimentações nas instâncias do Poder Judiciário

Um dos principais fatos da conjuntura nacional nesses dois primeiros meses de 2018 foi o julgamento

do recurso do ex-presidente Lula apresentado ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre. O tribunal de segunda instância decidiu, apesar da ausência de provas, manter a condenação do ex-presidente no caso do apartamento triplex no Guarujá, litoral de São Paulo. Os três desembargadores aumentaram a pena de nove para doze anos.

Devido à alteração da pena que havia sido proferida na sentença de Moro, a defesa de Lula poderá recorrer com embargos declaratórios, que serão analisados no mesmo tribunal, pelos mesmos juízes.

No acórdão publicado pelo TRF-4, a ausência de documentos que comprovem a titularidade de Lula configura por si só um crime. Os desembargadores afirmam que a OAS, a terceira maior empreiteira do país em 2013, teria sido mera “laranja” de Lula. Com isso, as “convicções” dão lugar a uma interpretação, na qual a ausência de provas contra Lula confirma sua culpa. No julgamento, o desembargador Victor Laus afirmou que “quem responde por um crime tem que ter participado dele”, uma evidente subversão do princípio da presunção de inocência.

Realizado no dia 24 de janeiro, o julgamento ocorreu em pleno recesso do Poder Judiciário, além de ter sido marcado em tempo recorde. Havia 257 processos no tribunal, mas o de Lula foi passado na frente de todos. A condenação sem provas foi mais um capítulo do golpe, com claro objetivo de tentar inabilitar Lula, líder de todas as pesquisas. A unanimidade dos três juízes em torno da sentença deu-se para impedir agravos infringentes que caberiam se houvesse divergência.

Após os embargos declaratórios, a defesa de Lula deverá entrar com recurso no Superior Tribunal de Justiça. O vice-presidente do tribunal, Humberto Martins, já negou habeas corpus preventivo impedido pela defesa do ex-presidente da República para evitar qualquer prisão arbitrária. Perseguido nas mais diversas instâncias do Judiciário, Lula chegou a ter seu passaporte apreendido por um juiz da 10ª Vara de Brasília. Com a decisão, foi impedido de participar, na Etiópia, de um evento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, onde falaria sobre o combate à fome e à miséria. Martins, que negou habeas corpus a Lula, chegou a liberar a posse da deputada Cristiane Brasil no ministério do

Trabalho, decisão favorável ao governo Temer.

Outro tribunal no qual Lula poderá reverter a condenação é o Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do Judiciário. O ministro Edson Fachin também já negou habeas corpus ao ex-presidente e levou o caso ao plenário do Supremo. Do STF espera-se ainda uma decisão no que se refere ao entendimento sobre a execução da pena após a condenação em segunda instância, ou seja, discute-se a possibilidade de se efetuar a prisão após desembargadores confirmarem a condenação de um juiz da primeira instância. O tribunal já havia avalizado tal ação em fevereiro de 2016, mas alguns ministros esboçam ter revisto tal entendimento. Pressionada pelos editoriais dos jornalões e empresários que temem a derrota nas urnas para Lula, frustrando assim o golpe, a presidenta do Supremo, Carmen Lúcia, negou a possibilidade de rediscussão.

Em relação à candidatura de Lula, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral deferir ou não seu registro com base na lei da Ficha Limpa. O Partido dos Trabalhadores defende que se lute pela candidatura de Lula até o fim, pois, após toda a perseguição jurídica e política contra o ex-presidente, cabe ao povo julgá-lo e não a juízes pressionados e condenados a condenar.

Lula segue liderando as pesquisas de intenção de voto na disputa presidencial

A despeito de toda força de manobra para dizimar a candidatura Lula, sua liderança continua inabalável, com 37% das intenções de voto, segundo a última pesquisa realizada pelo Datafolha, entre os dias 29 e 30 de janeiro, depois, portanto, de sua condenação em segunda instância.

Na vice-liderança da pesquisa aparece Jair Bolsonaro (PSL) com 18% e os demais candidatos - Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) - disputam acirradamente a terceira posição, com taxas entre 10% e 6%.

Há uma profunda incerteza em relação a essa eleição motivada, sobretudo, pela dúvida da participação de Lula. Se for candidato, sua vitória é bastante provável; caso contrário, seu apoio será decisivo para qualquer candidatura. Frente a isso, vários partidos ainda hesitam em confirmar suas candidaturas. O grupo aliado ao governo é o que mais reluta em se posicionar e definir um nome que assuma o legado do governo golpista, avaliado como ruim ou péssimo por 74% dos brasileiros, segundo pesquisa Ibope de dezembro de 2017.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), provavelmente é o mais adequado para esse papel, muito embora não seja consenso. Temer às vezes parece disposto a investir em sua reeleição, embotando ainda mais o cenário, entretanto, ambos variam entre 1% e 2% das intenções de voto, segundo o Datafolha de janeiro. O DEM, partido do presidente da Câmara, também deve concorrer e cogita ter o próprio Rodrigo Maia como candidato, ACM Neto ou até uma aproximação com João Dória Jr, rejeitado pela cúpula do PSDB.

O apresentador da TV Globo, Luciano Huck, treinado para manter o Ibope alto, procura atrair a atenção para si, embora tenha anunciado, no dia 16 de fevereiro, que não disputará as eleições presidenciais; todavia, tem como padrinho a importante figura de Fernando Henrique Cardoso, que, dois dias depois, recorreu às páginas do UOL para dizer que a política precisa de renovação e que pretende contribuir para “resignificar a política no Brasil”.

Em um cenário nebuloso, no qual ninguém se destaca quando o nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é retirado das pesquisas, as estratégias dos demais partidos são calculadas a partir da possibilidade de Lula disputar ou não a eleição. No entanto, sem ele, é provável que o número de votos nulos ou em branco atinja seu recorde.